

# Nota Técnica

## CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DOS DADOS ATÉ O TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

**Disoc**

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

**Nº 112**

Sandro Pereira Silva  
Leo Veríssimo Fernandes  
Gabriela Carolina Rezende Padilha

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fevereiro de 2024

## Governo Federal

### Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

# ipea

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### Presidenta

**LUCIANA MENDES SANTOS SERVO**

#### Diretor de Desenvolvimento Institucional

**FERNANDO GAIGER SILVEIRA**

#### Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

**LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO**

#### Diretor de Estudos e Políticas

**Macroeconômicas**

**CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO**

#### Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

**ARISTIDES MONTEIRO NETO**

#### Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

**FERNANDA DE NEGRI**

#### Diretor de Estudos e Políticas Sociais

**CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL**

#### Diretor de Estudos Internacionais

**FÁBIO VÉRAS SOARES**

#### Chefe de Gabinete

**ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA**

#### Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social (substituto)

**JOÃO CLAUDIO GARCIA RODRIGUES LIMA**

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

#### EQUIPE TÉCNICA

##### Sandro Pereira Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

*E-mail:* [sandro.pereira@ipea.gov.br](mailto:sandro.pereira@ipea.gov.br).

##### Leo Veríssimo Fernandes

Pesquisador bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail:* [leo.fernandes@ipea.gov.br](mailto:leo.fernandes@ipea.gov.br).

##### Gabriela Carolina Rezende Padilha

Pesquisadora bolsista do PNPD na Disoc/Ipea. *E-mail:* [gabriela.padilha@ipea.gov.br](mailto:gabriela.padilha@ipea.gov.br).

#### Como citar:

SILVA, Sandro Pereira; FERNANDES, Leo Veríssimo; PADILHA, Gabriela Carolina Rezende. **Conjuntura do mercado de trabalho no Brasil**: análise dos dados até o terceiro trimestre de 2023. Brasília, DF: Ipea, fev. 2024. (Disoc : Nota Técnica, 112). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc112-port>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc112-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....</b>	<b>4</b>
<b>3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>4 EMPREGO SETORIAL .....</b>	<b>14</b>
<b>5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS .....</b>	<b>18</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto de análise tem como objetivo apresentar e discutir as informações recentes da conjuntura laboral brasileira, cujo horizonte temporal é o fim do terceiro trimestre de 2023. Para isso, foram realizadas diversas tabulações de indicadores a partir de duas fontes de dados de abrangência nacional: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada trimestralmente; e o registro administrativo do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado mensalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os recortes temporais adotados para os indicadores de mercado de trabalho variam de acordo com as características de suas trajetórias e sua relevância para a identificação de fenômenos do mercado de trabalho brasileiro. De modo a evitar influências sazonais, foram priorizadas as comparações que levam em conta as taxas interanuais de variação (isto é, *vis-à-vis* o mesmo período do ano anterior) para os indicadores analisados ao longo das seções.

O texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção dois, verificam-se informações referentes a variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção três, são analisados os dados de desocupação no agregado nacional e para diversos recortes populacionais, além de outras informações, como subocupação por insuficiência de horas e desocupação por desalento. Na seção quatro, conduz-se a discussão para o nível setorial, verificando as condições de ocupação entre os principais setores de atividade na economia brasileira. Na seção cinco, são fornecidos dados sobre o rendimento médio do trabalho no país, a nível domiciliar, entre setores e características populacionais, além de variações na massa de rendimentos nacional. Na seção seis, por fim, seguem algumas considerações acerca das principais questões discutidas.

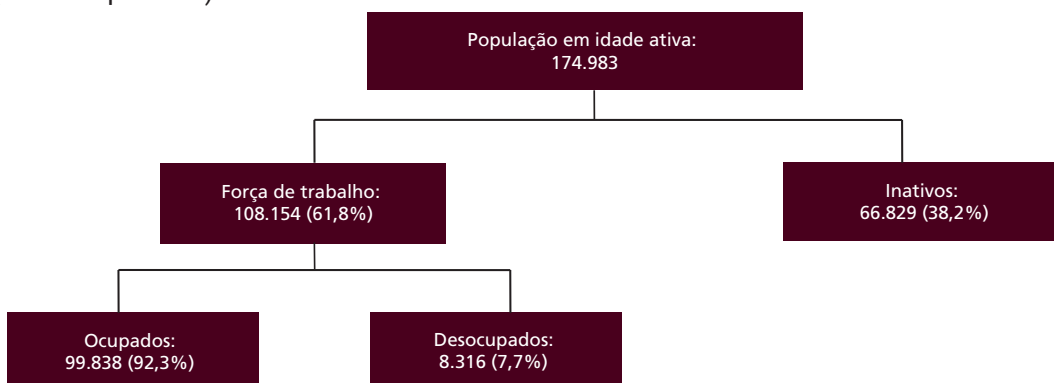
## 2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

As pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil possuem, grosso modo, dois focos de análise: i) a categoria dos ocupados, sob distintas dimensões, por exemplo, formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos etc.; e ii) a categoria dos desocupados, em que são abordados os fatores condicionantes do desemprego, o perfil dos indivíduos nessa condição e os problemas socioeconômicos acarretados pela desocupação. Tais elementos são discutidos nesta seção, tendo como referência o terceiro trimestre de 2023, cujos principais agregados estão sintetizados na figura 1.

### FIGURA 1

#### Dimensão das categorias analíticas do mercado de trabalho – Brasil (3º trim. 2023)

(Em 1 mil pessoas)



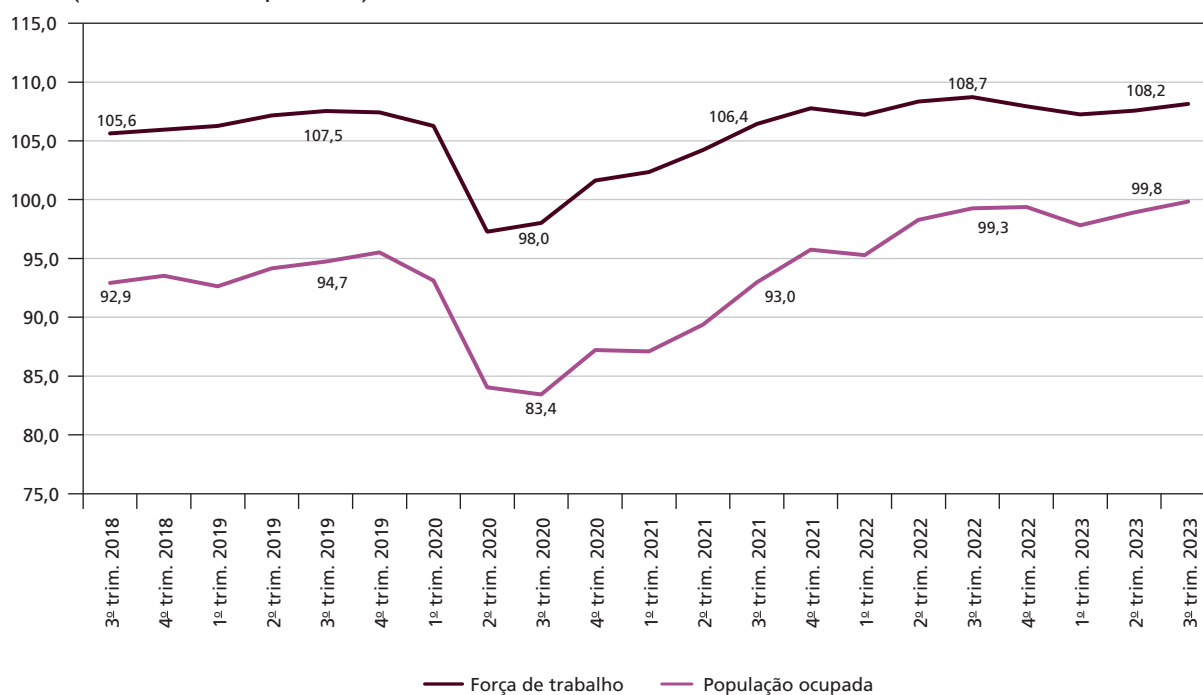
De acordo com as estatísticas da PNAD Contínua, o mercado de trabalho brasileiro segue em processo de recuperação. A força de trabalho total no país fechou o terceiro trimestre de 2023 com 108,2 milhões de pessoas. Esse número corresponde a uma queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, mas, na comparação com a média observada no trimestre anterior, finalizado em junho de 2023, houve elevação de 0,6% da força de trabalho total.

Com relação à população ocupada, que consiste no agregado de maior relevância para a análise estrutural do mercado de trabalho, houve o registro de 99,8 milhões de trabalhadores. Na comparação interanual, captou-se elevação correspondente a 0,6%, ou, em termos absolutos, 569 mil novos ocupados no país.

O gráfico 1 apresenta a evolução desses dois agregados nacionais (médias trimestrais da força de trabalho e da população ocupada). Quanto mais próximas estão as curvas, menor é o total de trabalhadores desocupados (ou seja, menor é a taxa de desemprego na economia).

## GRÁFICO 1

**Força de trabalho e população ocupada no mercado de trabalho – Brasil (3º trim. 2018-3º trim. 2023)**  
(Em 1 milhão de pessoas)



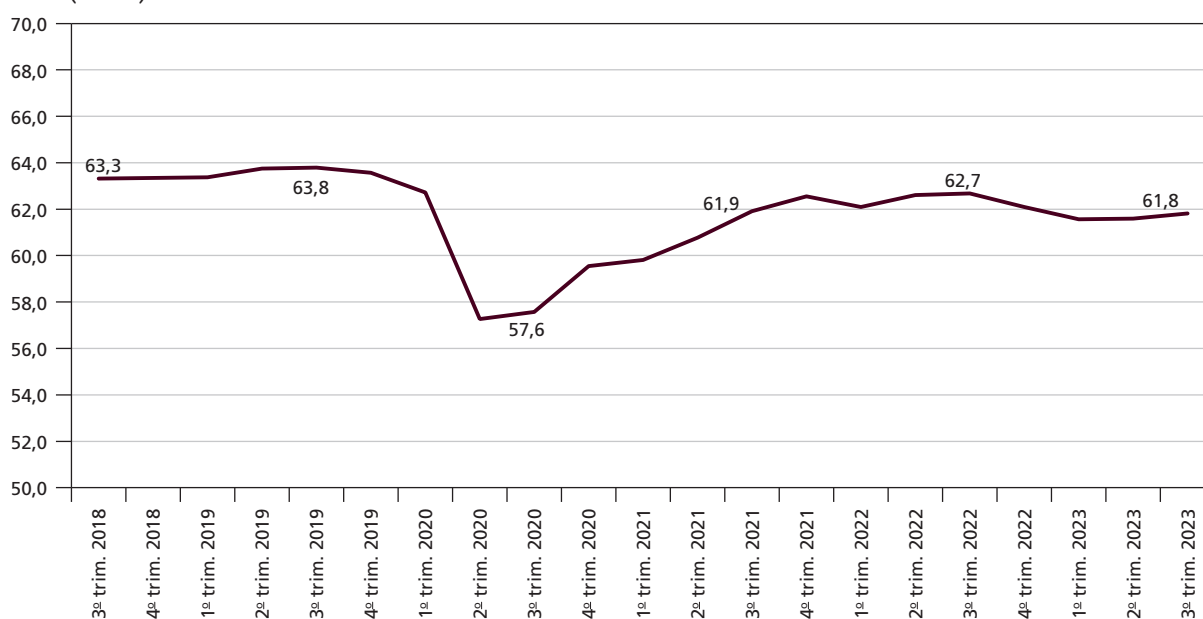
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.



Por sua vez, como a população em idade ativa (PIA)<sup>1</sup> totalizou 175,0 milhões no terceiro trimestre de 2023, a taxa de participação<sup>2</sup> no mercado de trabalho ficou em 61,8%, situando-se 0,9 pontos percentuais (p.p.) abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. Os dados recentes revelam que, após trajetória de queda durante o segundo semestre de 2022, esse indicador vem delineando um comportamento relativamente estável. Pelo gráfico 2, nota-se também que esse valor permanece abaixo da média observada nos trimestres anteriores à pandemia, quando se encontrava na casa de 63%.

## GRÁFICO 2

### Taxa de participação da força de trabalho – Brasil (3º trim. 2018-3º trim. 2023) (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

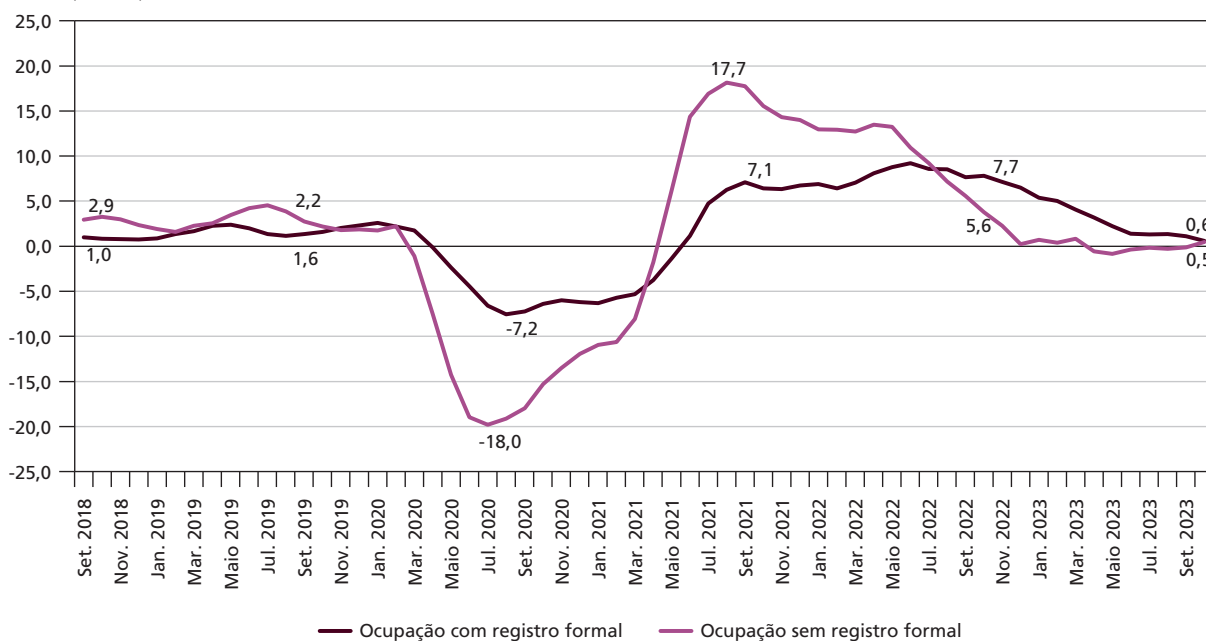
Deve-se registrar, ainda, que esse crescimento interanual da ocupação tem ocorrido mais intensamente no segmento formal da economia (em sua concepção ampliada),<sup>3</sup> com taxa de crescimento de 1,1% no final do terceiro trimestre de 2023, de acordo com os dados extraídos da PNAD Contínua, ainda que em ritmo decrescente em relação ao trimestre anterior. Com isso, o segmento ocupacional formalizado no mercado de trabalho apresentou nesse trimestre uma taxa de crescimento superior, inclusive, à população ocupada como um todo (que foi de 0,6%, conforme mostrado no gráfico 1). No caso do segmento informal,<sup>4</sup> por essa mesma base de comparação, a população ocupada decaiu levemente (-0,1%).

1. Na PNAD Contínua, a PIA compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica, entre 14 e 60 anos.

2. A taxa de participação no mercado de trabalho refere-se à razão entre a força de trabalho (pessoas acima de 14 anos empregadas ou procurando emprego) e a PIA.

3. Existem diversas formas possíveis de determinar um conjunto de ocupações como formais. Para fins desta análise em particular, em sentido mais ampliado do conceito de formalidade, a ocupação formal compreende o trabalhador com registro em carteira nos setores privado e público; os militares e os estatutários; o trabalhador doméstico com carteira; o empregador com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e o por conta própria com CNPJ.

4. Neste caso, como o inverso da concepção ampliada de ocupação formal, a informal compreende o trabalhador sem carteira nos setores privado e público; o trabalhador doméstico sem carteira; o empregador sem CNPJ; o por conta própria sem CNPJ; e o trabalhador familiar auxiliar.

**GRÁFICO 3****População ocupada por formalização do vínculo ocupacional: taxa mensalizada de crescimento interanual – Brasil (set. 2018-set. 2023)**(Em %)<sup>1</sup>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup>Médias móveis trimestrais.

De forma complementar, a tabela 1 desagrega os dados por condição na ocupação, tanto em termos absolutos do número de trabalhadores quanto pelo percentual de cada categoria na composição total, para os terceiros trimestres de 2018 a 2023, bem como do primeiro e do segundo trimestre de 2023 para uma verificação de tendência recente. Percebe-se que o total de trabalhadores assalariados registrados formalmente (com carteira assinada) segue como a maior parcela, respondendo por pouco menos da metade dos ocupados (48,0%). Esse percentual é superior ao mesmo trimestre de 2022, que foi de 47,2%, mas segue aquém do nível de formalização alcançado em momentos de maior dinamismo do mercado de trabalho brasileiro. Os dados demonstram também que o recuo no crescimento dos postos de trabalho informais é decorrente das quedas na parcela dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada no terceiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

**TABELA 1****População ocupada por posição na ocupação: valores absolutos, participação no total e taxas de variação interanual – Brasil (3º trim. 2018-3º trim. 2023)**

	Assalariados formais (com carteira assinada)	Assalariados informais (sem carteira assinada)	Conta própria	Empregador	Total
	Valores absolutos (Em 1 mil trabalhadores)				
3º trim. 2018	44.689,9	20.805,2	23.094,0	4.340,7	<b>92.929,7</b>
3º trim. 2019	44.922,8	21.315,0	24.190,8	4.308,0	<b>94.736,6</b>
3º trim. 2020	41.278,3	16.865,0	21.498,0	3.798,1	<b>83.439,4</b>
3º trim. 2021	43.725,2	19.989,1	25.460,6	3.801,5	<b>92.976,4</b>

(Continua)

(Continuação)

	Assalariados formais (com carteira assinada)	Assalariados informais (sem carteira assinada)	Conta própria	Empregador	Total
Valores absolutos (Em 1 mil trabalhadores)					
3º trim. 2022	46.853,5	22.380,2	25.684,0	4.351,5	<b>99.269,2</b>
1º trim. 2023	47.197,1	21.276,7	25.193,5	4.157,8	<b>97.825,0</b>
2º trim. 2023	47.350,7	22.165,4	25.223,5	4.170,0	<b>98.909,6</b>
3º trim. 2023	47.904,1	22.243,9	25.480,3	4.209,9	<b>99.838,2</b>
Participação no total (%)					
3º trim. 2018	48,1	22,4	24,9	4,7	<b>100</b>
3º trim. 2019	47,4	22,5	25,5	4,5	<b>100</b>
3º trim. 2020	49,5	20,2	25,8	4,6	<b>100</b>
3º trim. 2021	47,0	21,5	27,4	4,1	<b>100</b>
3º trim. 2022	47,2	22,5	25,9	4,4	<b>100</b>
1º trim. 2023	48,2	21,7	25,8	4,3	<b>100</b>
2º trim. 2023	47,9	22,4	25,5	4,2	<b>100</b>
3º trim. 2023	48,0	22,3	25,5	4,2	<b>100</b>
Taxa de variação interanual (%)					
3º trim. 2018	0,1	4,3	2,6	4,3	-
3º trim. 2019	0,5	2,5	4,7	-0,8	-
3º trim. 2020	-8,1	-20,9	-11,1	-11,8	-
3º trim. 2021	5,9	18,5	18,4	0,1	-
3º trim. 2022	7,2	12,0	0,9	14,5	-
1º trim. 2023	4,4	2,7	-0,4	1,5	-
2º trim. 2023	2,1	1,0	-1,9	-1,6	-
3º trim. 2023	2,2	-0,6	-0,8	-3,3	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

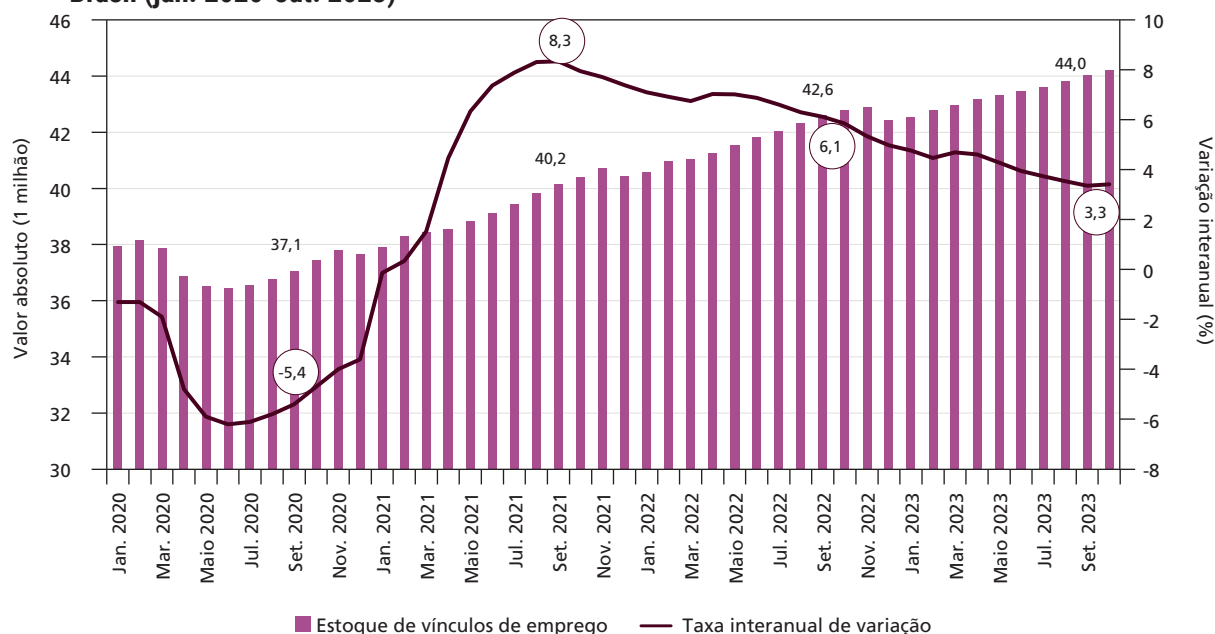
Assim como a pesquisa do IBGE, os dados do Novo Caged também retratam um cenário de crescimento da ocupação formal no país, ainda que em ritmo mais ameno em relação aos trimestres anteriores. Segundo o levantamento do MTE, em setembro de 2023, no acumulado em doze meses, a economia brasileira gerou cerca de 1,58 milhão de novas ocupações com carteira assinada. Dessa forma, o número de vínculos de empregos criados com registro em carteira no setor privado vem possibilitando a expansão do estoque de trabalhadores formais, que superou 44,0 milhões ao final do terceiro trimestre, o que representa alta de 3,3% na comparação interanual, conforme demonstra o gráfico 4.<sup>5</sup>

5. Para um retrato mais detalhado do mercado de trabalho, por meio do exame da evolução das transições entre diferentes posições na ocupação dos indivíduos, ver Lameiras *et al.* (2023).



**GRÁFICO 4**

**Estoque de vínculos de empregos formais no setor privado, em valor absoluto e variação interanual – Brasil (jan. 2020-out. 2023)**



Fonte: Novo Caged/MTE. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged>.  
Elaboração dos autores.

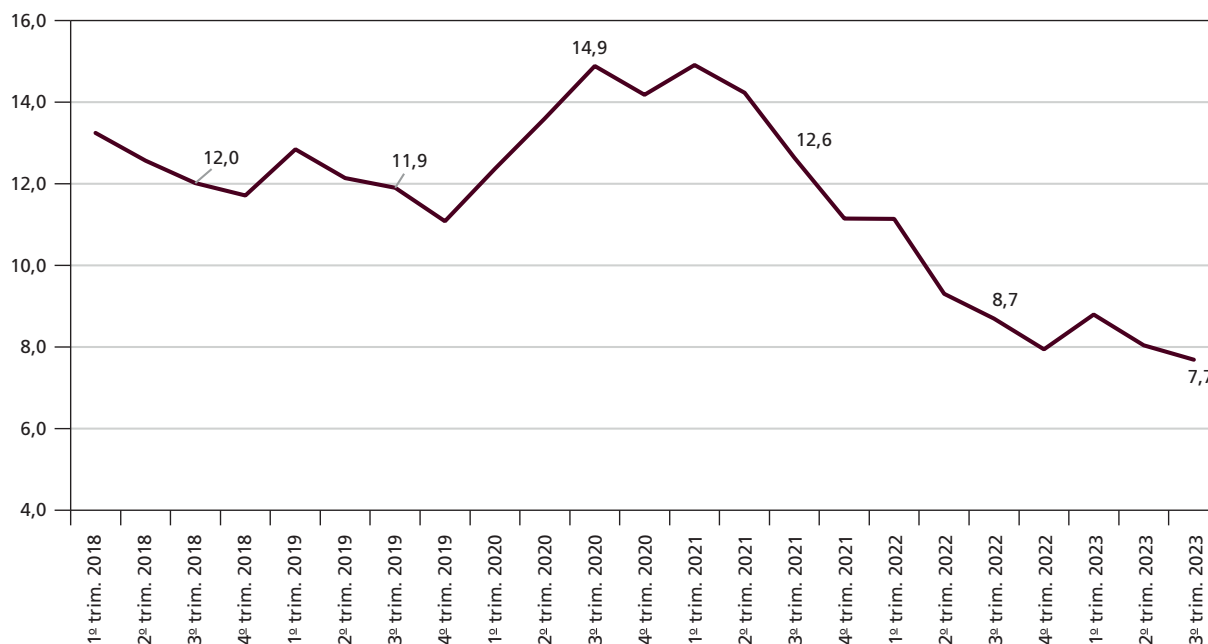
**3 ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO**

Como resultado desse duplo movimento indicado anteriormente (elevação da população ocupada e queda na força de trabalho total no terceiro trimestre de 2023 *vis-à-vis* o mesmo período no ano anterior), a taxa de desocupação ficou em 7,7%, o que indica diminuição de 1,0 p.p. na comparação interanual. Quando se atém à média móvel mensal, há certa estabilidade nesse indicador desde janeiro, com leve tendência de queda, como demonstram também os dados dessazonalizados apresentados em Lameiras *et al.* (2023).<sup>6</sup> A despeito dessa informação, não se pode perder de vista que o país segue com mais de 8,3 milhões de indivíduos em situação de desemprego involuntário, ou seja, um contingente populacional nada desprezível a ser inserido no sistema produtivo nacional. O gráfico 5 ilustra essa variação na desocupação para o período mais recente.

6. Pelos dados mensais dessazonalizados, a desocupação foi de 8,0%, um aumento de 0,3 p.p. em comparação ao mês anterior, o que reflete expansão da força de trabalho em ritmo maior que o registrado pela população ocupada (Lameiras *et al.*, 2023).

**GRÁFICO 5****Taxa de desocupação da força de trabalho – Brasil (1º trim. 2018-3º trim. 2023)**

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Não obstante a relativa melhora na composição da estrutura ocupacional, com queda na comparação interanual da desocupação e da elevação na participação dos assalariados registrados, o mercado de trabalho brasileiro também tem evidenciado um comportamento mais favorável de outros indicadores. Destaca-se, para fins deste estudo, os indicadores de subocupação da força de trabalho por insuficiência de horas<sup>7</sup> e de trabalhadores na condição de desemprego por desalento,<sup>8</sup> que constam, inclusive, nas metas do Brasil para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS),<sup>9</sup> além de serem fatores relevantes para o estudo sobre desigualdade de renda.<sup>10</sup>

No caso da taxa de subocupação, após alcançar patamar máximo nos meses de junho e julho de 2021, iniciou-se uma trajetória de queda desse indicador, atingindo o menor valor em março de 2023 (5,1%). A partir desse mês, o indicador mostra certa estabilidade, encerrando setembro em patamar de 5,3%, valor esse que é 0,9 p.p. abaixo daquele referente ao mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, a retração da população subocupada nesse período totalizou 869 mil trabalhadores (de 6,2 milhões em setembro de 2022 para 5,3 milhões em setembro de 2023).

Sobre esse ponto, vale ressaltar ainda que a ocorrência da subocupação não é restrita a ocupações informais. Há outros tipos de contratos de trabalho, devidamente formalizados, que comportam jornadas

7. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de 40 horas semanais, mas que tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

8. Partindo dos critérios estabelecidos pelo IBGE, os motivos associados ao desalento referem-se às seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) era considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

9. Para descrição analítica das metas brasileiras na agenda dos ODS, mais precisamente o ODS 8 (*trabalho decente e crescimento econômico*), ver Ipea (2020), Silva (2019) e Silva, Peliano e Chaves (2018).

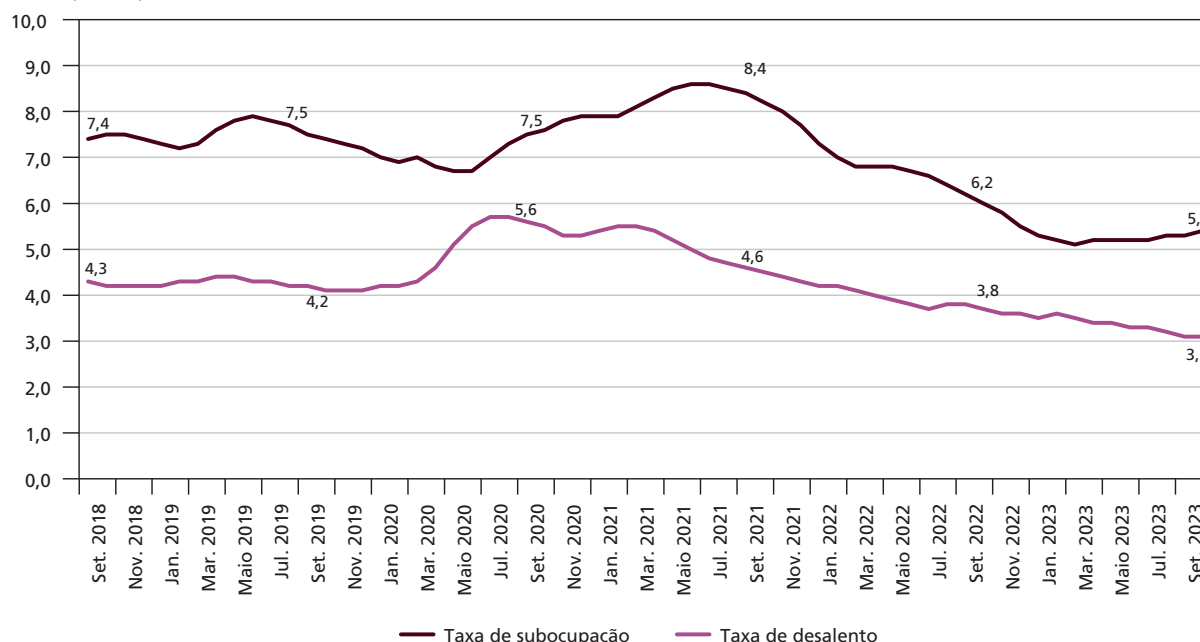
10. Sobre a relação dessas categorias com a desigualdade de renda do trabalho no Brasil, ver Barbosa (2019).

semanais inferiores a 40 horas. A reforma trabalhista ocorrida em 2017 (Lei nº 13.467/2017) expandiu o leque de possibilidades a serem utilizadas pelos empregadores para a utilização desses contratos, além de criar novos, como no caso do “contrato de trabalho intermitente”, em que o trabalhador não tem nenhuma garantia da quantidade de horas e, conseqüentemente, do valor a receber ao final do mês (Oliveira e Silva, 2023).

De forma análoga aos dados sobre subocupação, o número de trabalhadores na condição de desemprego por desalento tem mantido trajetória recente favorável, fechando o terceiro trimestre de 2023 em 3,1%, valor 0,7 p.p. menor na comparação interanual. Em setembro de 2023, o contingente de indivíduos fora da força de trabalho por motivo de desalento ficou em torno de 3,5 milhões, o menor valor para esse índice desde agosto de 2016. O gráfico 6 ilustra a evolução recente para esses dois indicadores.

## GRÁFICO 6

**Taxa de subocupação por insuficiência de horas e de desalento – Brasil (set. 2018-set. 2023)**  
(Em %)<sup>1</sup>



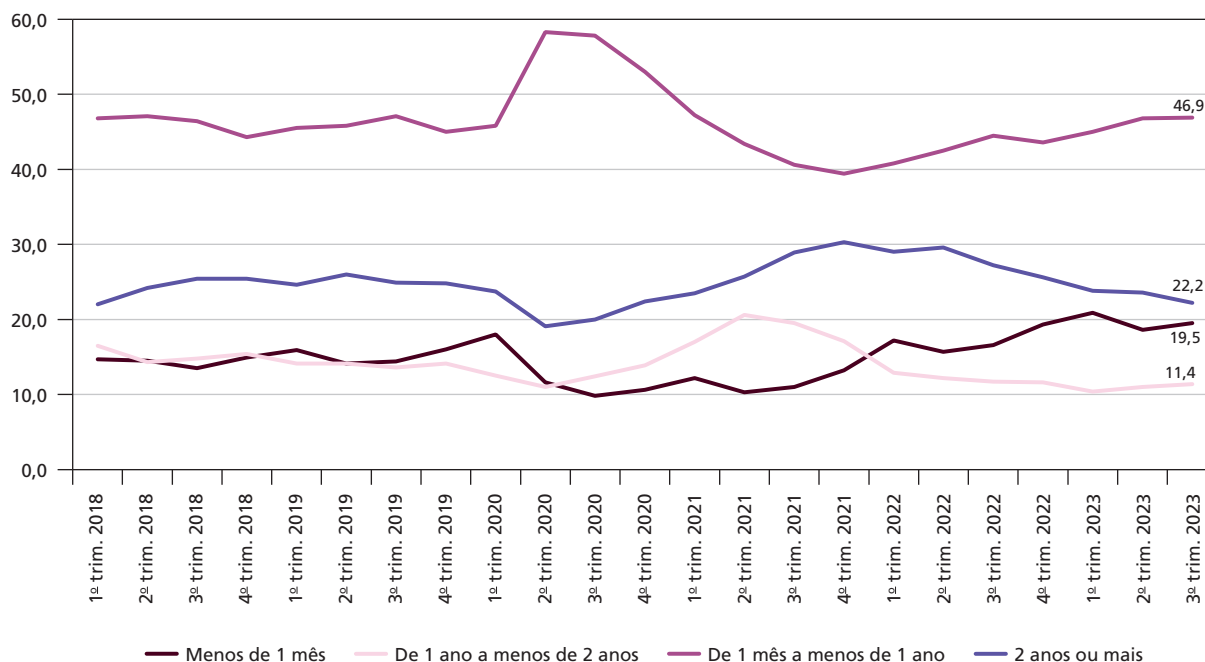
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup>Médias móveis trimestrais.

Outro aspecto relevante de análise diz respeito ao tempo médio de espera dos indivíduos por um reposicionamento (ou posicionamento, no caso do primeiro emprego) no mercado de trabalho, ou seja, o tempo médio em que os trabalhadores desempregados involuntariamente ficam nessa condição. Pelo gráfico 7, nota-se que a maior parcela da população desocupada (46,9%) no terceiro trimestre de 2023 se mantém na condição de espera entre um mês e um ano. Para o grupo daqueles que conseguem rápido (re) posicionamento (isto é, em menos de um mês), a participação relativa subiu no último trimestre, fechando a série em 19,5%. Os dados permitem verificar também a participação do contingente de desocupados de longo prazo, considerados como aqueles que se mantêm nessa condição por mais de um ano. No terceiro trimestre de 2023, esse percentual agregado foi de 33,6%, correspondente à soma do grupo dos desocupados entre um e dois anos (11,4%) e dois anos ou mais (22,2%). Esse valor representa redução de 5,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2022 e de 1,0 p.p. em relação ao trimestre anterior. Desconsiderando-se o período da pandemia (2020 e 2021), marcado pela queda maciça nas taxas de participação da força de trabalho, esse foi o menor índice desde o terceiro trimestre de 2015.

**GRÁFICO 7****Taxa de desocupação por tempo de espera – Brasil (1º trim. 2018-3º trim. 2023)**

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

A despeito da trajetória interanual de melhora desse indicador, não se pode desconsiderar também o fato de que o percentual observado totaliza, em números absolutos, algo em torno de 2,8 milhões de indivíduos na condição de desemprego há mais de um ano no país. Isso indica um desafio que segue bastante complexo para a redução da desocupação, pois tal condição pode resultar em perda relativa de capital humano e desatualização tecnológica em relação às exigências ocupacionais. Logo, quanto maior o período de desocupação de um indivíduo, maiores as dificuldades de reinserção. Tal realidade faz com que a inclusão laboral dessa parcela da população em situação de convivência mais prolongada com o desemprego demande esforços estruturados e coordenados em termos de políticas públicas de curto, médio e longo prazo.

Em análise desagregada da desocupação no Brasil, os dados extraídos da PNAD Contínua reforçam as informações anteriores ao mostrar que, no terceiro trimestre de 2023, houve recuo significativo do desemprego, em relação ao mesmo período do ano anterior, para todos os segmentos elencados.

Na abertura regional, os dados mostram que, em termos absolutos, o Sudeste obteve a maior queda no período (1,2 p.p.), seguido pelo Nordeste, com redução de 1,1 p.p. – embora ainda registre a taxa de desocupação mais elevada (10,8%). A maior retração, em termos relativos, foi observada no Centro-Oeste, cuja taxa da desocupação passou de 6,5% para 5,5%, mantendo-se com a segunda menor taxa entre as regiões brasileiras. As diferenças no nível de desocupação entre as regiões chamam atenção pela considerável disparidade territorial que o país possui, fato que não pode ser negligenciado em qualquer que seja a estratégia de desenvolvimento a ser adotada.

O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi superior entre as mulheres, ao cair de 11,0% para 9,3%. Entre os homens, o recuo foi de 6,9% para 6,4%. Apesar dessa retração, nota-se a prevalência da desigualdade de gênero na estrutura laboral brasileira, em que a taxa de desocupação dos homens refere-se a cerca de dois terços da taxa observada entre as mulheres.

Em termos raciais, houve um movimento na direção de reduzir a desigualdade existente – a queda da desocupação entre os indivíduos brancos e amarelos foi de 0,8 p.p. (de 6,8% para 6,0%), enquanto a queda para os não brancos (pretos, pardos e indígenas – PPIs) foi de 1,1 p.p. (de 10,2% para 9,1%). Apesar da diminuição na discrepância desse indicador, contudo, nota-se que, assim como visto pelo recorte por gênero, a taxa de desocupação dos indivíduos não brancos representa cerca de dois terços da taxa observada entre os brancos e amarelos, o que evidencia um componente racial persistente na desigualdade de acesso ao mercado de trabalho brasileiro.

A abertura por idade mostra que, no terceiro trimestre de 2023, todos os segmentos etários registraram recuo quanto à taxa de desocupação na comparação interanual. Em termos absolutos, embora também tenha havido expressiva desaceleração, a taxa de desocupação de 16,0% entre os trabalhadores de 14 a 24 anos se mantém consideravelmente acima das demais faixas etárias.<sup>11</sup> Na outra ponta, a desocupação dos trabalhadores mais idosos segue bem abaixo das demais, com taxa de 3,2%. Vale destacar que, nos grupos etários mais baixos, a queda da desocupação ocorre muito mais por conta da desaceleração do crescimento da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada.<sup>12</sup>

Por fim, a desagregação por nível educacional revela que os trabalhadores com ensino médio incompleto seguem com a taxa de desocupação mais alta (13,5%) entre todos os recortes considerados, ao passo que a mais baixa está no grupo com ensino superior (4,6%). De acordo com os dados da PNAD Contínua, entre os menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação tem ocorrido mesmo em um contexto de queda da população ocupada nesse segmento, beneficiada pela retração ainda mais intensa da força de trabalho. Em contrapartida, a desocupação dos trabalhadores com ensino superior reflete uma alta mais intensa da ocupação comparativamente à da força de trabalho.<sup>13</sup>

A tabela 2 sintetiza esses dados desagregados de desocupação no mercado de trabalho brasileiro para os trimestres mais recentes.

## TABELA 2

### Taxa de desocupação desagregada – Brasil (1º trim. 2021-3º trim. 2023) (Em %)

	2021				2022				2023		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
<b>Brasil</b>	<b>14,9</b>	<b>14,2</b>	<b>12,6</b>	<b>11,1</b>	<b>11,1</b>	<b>9,3</b>	<b>8,7</b>	<b>7,9</b>	<b>8,8</b>	<b>8,0</b>	<b>7,7</b>
Centro-Oeste	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2	7,0	5,7	5,5
Nordeste	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9	12,2	11,3	10,8
Norte	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1	9,1	8,1	7,7
Sudeste	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9	8,6	7,9	7,5
Sul	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5	5,0	4,7	4,6
Masculino	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5	7,2	6,9	6,4
Feminino	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8	10,8	9,6	9,3
De 14 a 24 anos	30,0	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4	18,0	16,6	16,0
De 25 a 39 anos	14,1	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1	8,2	7,4	7,0
De 40 a 59 anos	9,6	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3	5,6	5,3	5,1
Mais de 59 anos	5,9	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4	3,9	3,4	3,2
Branco e amarelo	12,0	11,7	10,3	9,0	8,9	7,3	6,8	6,2	6,8	6,2	6,0

(Continua)

11. Além da desocupação, há também o problema do número de jovens que não trabalham e nem estudam, considerado na literatura como condição “nem-nem”. Sobre isso, ver Ciríaco *et al.* (2022).

12. Para análise da trajetória recente da força de trabalho por faixa etária, ver Lameiras *et al.* (2023).

13. Para análise da trajetória recente da força de trabalho e da população ocupação por nível de escolaridade, ver Lameiras *et al.* (2023).

(Continuação)

	2021				2022				2023		
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
PPIs	17,3	16,3	14,5	12,9	12,9	10,9	10,2	9,4	10,4	9,5	9,1
Fundamental incompleto	14,0	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3	8,5	7,8	7,6
Fundamental completo	15,8	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3	10,1	9,6	9,9
Médio incompleto	24,2	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9	15,2	13,6	13,5
Médio completo	17,1	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5	9,9	9,2	8,6
Superior	10,3	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9	5,6	4,9	4,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

## 4 EMPREGO SETORIAL

Esta seção traz informações a respeito da taxa de crescimento interanual do emprego por setor de atividade econômica, a partir dos dados extraídos tanto da PNAD Contínua quanto do Novo Caged. Como será possível notar, a melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo em praticamente todos os setores de atividade, ainda que em intensidades distintas.

A tabela 3 apresenta os números referentes à composição setorial da população ocupada nacional, segundo critérios de agregação da PNAD Contínua, para os terceiros trimestres dos últimos três anos, o que permite verificar sua evolução recente.

### TABELA 3

#### Composição da população ocupada por setor de atividade – Brasil (3º trim. 2021-2023)

Setor de atividade	Total da população ocupada por setor (1 mil pessoas)			Participação relativa de cada setor sobre o total (%)		
	3º trim. 2021	3º trim. 2022	3º trim. 2023	3º trim. 2021	3º trim. 2022	3º trim. 2023
Agropecuária	9.046,8	8.722,2	8.388,5	9,7	8,8	8,4
Indústria extrativa	431,3	487,5	550,9	0,5	0,5	0,6
Indústria de transformação	11.103,8	11.503,8	11.326,8	11,9	11,6	11,3
Serviços industriais de utilidade pública <sup>1</sup>	664,5	696,5	759,0	0,7	0,7	0,8
Construção civil	7.223,5	7.416,5	7.241,0	7,8	7,5	7,2
Comércio	17.841,9	19.230,6	18.941,0	19,2	19,4	19,0
Informática, finanças, serviços a empresas	11.071,5	11.838,2	12.449,4	11,9	11,9	12,5
Transporte	4.795,1	5.233,9	5.460,0	5,2	5,3	5,5
Serviços pessoais	4.396,9	5.453,6	5.212,6	4,7	5,5	5,2
Administração pública	4.842,9	5.267,0	5.080,1	5,2	5,3	5,1
Saúde e educação	11.187,3	12.142,2	13.014,0	12,0	12,2	13,0
Alojamento e alimentação	4.907,3	5.325,5	5.533,7	5,3	5,4	5,5
Serviços domésticos	5.409,5	5.929,7	5.851,3	5,8	6,0	5,9
<b>Total</b>	<b>92.922,3</b>	<b>99.247,2</b>	<b>99.808,1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup>Siups.

Conforme os números demonstram, o setor de comércio segue com a maior participação percentual sobre o total das ocupações, a saber, 19,0%, e pequena queda em relação à sua participação no ano anterior. Ou seja, algo próximo a um em cada cinco trabalhadores brasileiros está ocupado em atividades de comércio, o que indica a relevância desse setor para o agregado das ocupações no país. O setor da indústria



de transformação, de grande relevância para a dinâmica econômica nacional, fechou o segundo trimestre de 2023 com participação pouco inferior ao mesmo período do ano passado, o que representa 11,3%.

Em valores absolutos, o setor que mais adicionou trabalhadores à ocupação, no intervalo de doze meses, foi o de saúde e educação (a exemplo do que havia ocorrido no trimestre anterior), com expansão de aproximadamente 872 mil indivíduos entre o segundo trimestre de 2022 e 2023. Em seguida veio o de informática, com 661 mil pessoas ocupadas.

Assim como o próprio setor de comércio, o setor de alojamento e alimentação também se destacou no período considerado na tabela 3. Tal fato pode ser encarado ainda como consequência da recuperação do mercado de trabalho pós-pandemia de covid-19, uma vez que eles estiveram justamente entre os mais afetados pela queda na atividade econômica desse período (Silva, Corseuil e Costa, 2022).<sup>14</sup>

Dos setores que demonstraram perdas mais significativas no total da ocupação, chama-se atenção para dois deles. O setor da agropecuária, após ter 9,7% do total da ocupação no país em 2021, encerrou o terceiro trimestre de 2023 com 8,4% e variação interanual negativa de 333 mil postos de trabalho. Já a construção civil retrocedeu de 7,5% para 7,3% nos últimos doze meses, com queda absoluta em torno de 175 mil trabalhadores. Como a construção civil é bastante sensível ao nível de investimentos da economia, resta verificar se os movimentos recentes na queda da taxa básica de juros do Banco Central trarão algum efeito para a recuperação da ocupação nesse setor nos próximos meses.

A tabela 4 traz mais detalhamentos sobre as taxas de variação da população ocupada em cada um dos setores agregados. Verifica-se que a evolução positiva observada entre o terceiro trimestre de 2022 e o de 2023 é resultante da melhora no nível de emprego nos principais segmentos (seis setores em um total de treze). Os destaques ficaram por conta dos setores de indústria extrativa (13,0%), Siups (8,9%) e saúde e educação (7,2%), com as taxas de variação mais elevadas na comparação interanual. Por sua vez, serviços pessoais (-4,4%) e agropecuária (-3,8), conforme já destacado, tiveram as maiores variações negativas no período. Vale ressaltar que a agropecuária completou o sexto trimestre consecutivo de queda interanual da ocupação, o que expressa a necessidade de estudos específicos para compreender essa trajetória.

Quando comparadas às taxas interanuais registradas no trimestre anterior, os resultados indicam desaceleração em cinco dos treze setores contemplados. Entre aqueles que registraram desaceleração mais expressiva do crescimento interanual do emprego, estão: serviços pessoais (de 2,7% para -4,4%), administração pública (de 1,7% para -3,6%) e indústria de transformação (de 0,5% para -1,5%). Em contrapartida, os dois setores com taxas de crescimento anual melhores ou iguais às obtidas no trimestre anterior são: indústria extrativa, que cresceu de 2,5% para 13,0%, e Siup, que cresceu de -2,5 para 9,0%.

## TABELA 4

### População ocupada por setores – Brasil (1º trim. 2021-3º trim. 2023) (Em %)<sup>1</sup>

	2021			2022				2023		
	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Agropecuária	11,2	9,7	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4	-5,2	-5,0	-3,8
Indústria extrativa	-4,8	5,1	12,1	9,8	18,0	13,0	16,3	8,4	2,5	13,0
Indústria de transformação	5,3	12,8	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1	2,1	0,5	-1,5
Siups	-18,6	-13,0	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1	-2,0	-2,5	9,0
Construção civil	22,2	20,2	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3	-0,8	-4,6	-2,4
Comércio	6,1	13,4	11,6	12,2	14,2	7,8	4,0	3,0	-0,8	-1,5

(Continua)

14. Para análise anterior sobre a dinâmica setorial do mercado de trabalho brasileiro, ver Corseuil *et al.* (2022).

(Continuação)

	2021			2022				2023		
	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.
Informática, finanças, serviços a empresas	9,1	10,4	7,2	4,0	5,1	6,9	4,4	6,0	3,0	5,2
Transporte	4,6	12,6	10,0	10,4	10,0	9,2	10,0	8,0	4,3	4,3
Serviços pessoais	3,5	8,8	14,7	19,5	18,7	24,0	9,8	4,3	2,7	-4,4
Administração pública	-3,0	-3,7	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7	1,5	1,7	-3,6
Saúde e educação	-0,2	4,3	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9	6,5	5,9	7,2
Alojamento e alimentação	8,8	26,5	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5	1,8	1,1	3,9
Serviços domésticos	9,0	21,4	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1	1,2	-0,4	-1,3

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup>Varição interanual.

Ao verificar a variação interanual da ocupação setorial de acordo com a posição na ocupação, descrita em sequência na tabela 5, mesmo entre os setores com redução no ritmo de expansão do emprego, houve relativa melhoria na qualidade do emprego. Os dados apontam que o emprego com registro em carteira foi a modalidade com maior crescimento anual em relação ao mesmo trimestre de 2022 (crescimento de 3,2% pelo Novo Caged e 2,2% de acordo com a PNAD Contínua). De fato, os dados do Novo Caged (primeira coluna) mostram que todos os setores apresentaram crescimento nesse quesito, com destaque para alojamento e alimentação (8,6%), serviços pessoais (6,5%) e transporte (5,3%). Em termos absolutos, sobressaíram os setores de informática, finanças e serviços a empresas (42,8 mil), indústria de transformação (41,9 mil) e comércio (41,1 mil). Quanto aos dados da PNAD Contínua (segunda coluna), as principais exceções (isto é, setores que apresentaram queda no emprego com registro em carteira) ficaram por conta de serviço doméstico (-3,5%), administração pública (-2,6%) e construção civil (-2,1%).

## TABELA 5

### População ocupada por setores e posição na ocupação – Brasil (3º trim. 2023) (Em %)<sup>1</sup>

Setores de atividade	Novo Caged <sup>2</sup>	PNAD Contínua		
		Assalariado (com carteira)	Assalariado (sem carteira)	Conta própria
Agropecuária	3,6	-1,7	-5,2	-4,2
Indústria extrativa	3,7	17,8	-6,9	-5,0
Indústria de transformação	1,3	-0,5	-5,6	-0,9
Siups	1,8	9,0	15,3	-16,7
Construção civil	9,9	-2,1	-1,0	-1,5
Comércio	3,5	2,9	-3,0	-7,1
Informática, finanças, serviços a empresas	5,2	3,5	5,2	9,5
Transporte	5,3	3,2	-4,7	8,7
Serviços pessoais	6,5	0,4	-8,7	-3,5
Administração pública	0,9	-2,6	-6,2	-
Saúde e educação	1,9	5,8	11,1	11,1
Alojamento e alimentação	8,6	5,8	4,3	-0,6
Serviços domésticos	-	-3,5	-0,6	-
<b>Total</b>	<b>3,2</b>	<b>2,2</b>	<b>-0,6</b>	<b>-0,8</b>

Fontes: PNAD Contínua/IBGE e novo Caged/Ministério da Economia.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup>Varição interanual.

<sup>2</sup>Os registros do Novo Caged cobrem apenas os vínculos de trabalho assalariado com registro em carteira.

Por fim, a tabela 6 e o gráfico 8 trazem informações sobre o percentual de formalização da população ocupada no Brasil, por setor de atividade econômica, para os três últimos períodos de comparação interanual. Pode-se perceber que, no total, a taxa de formalização no mercado de trabalho foi de 48,0% no terceiro trimestre de 2023, com elevação de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período no ano anterior. Ainda assim, o indicador segue abaixo de 50%, conforme já afirmado neste estudo. Ou seja, mais da metade da população ocupada encontra-se sem registro formal de trabalho. Entre os setores, aqueles com maiores índices de formalização da força de trabalho são os ligados à atividade industrial – indústria extrativa (87,5%), Siups (80,9%) e indústria de transformação (66,7%) –, bem como à administração pública (75,0%) e à saúde e educação (68,1%), ambos com mais de dois terços da força de trabalho ocupada devidamente registrada. No outro extremo, os setores de serviços pessoais (17,8%), agropecuária (19,5%), construção civil (24,2%), serviços domésticos (24,5%) e alojamento e alimentação (31,3%) possuem os menores percentuais, todos com menos de um terço da força de trabalho formalizada.<sup>15</sup>

## TABELA 6

**População ocupada formalizada por setor de atividade: participação relativa no total – Brasil (3º trim. 2021-2023)**  
(Em %)

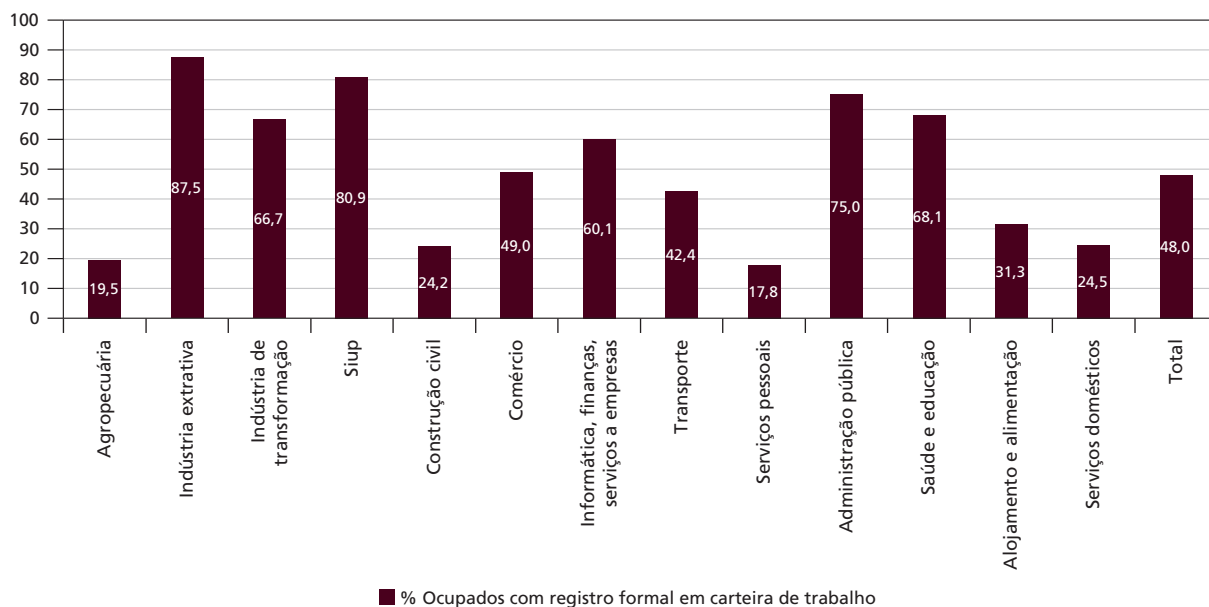
Setores de atividade	3º trim. 2021	3º trim. 2022	3º trim. 2023
Agropecuária	17,3	19,1	19,5
Indústria extrativa	85,7	83,9	87,5
Indústria de transformação	63,7	66,0	66,7
Siups	79,6	80,8	80,9
Construção civil	22,4	24,1	24,2
Comércio	46,5	46,9	49,0
Informática, finanças, serviços a empresas	60,7	61,1	60,1
Transporte	43,8	42,9	42,4
Serviços pessoais	17,2	16,9	17,8
Administração pública	78,3	74,3	75,0
Saúde e educação	72,9	69,0	68,1
Alojamento e alimentação	28,9	30,8	31,3
Serviços domésticos	24,1	25,1	24,5
<b>Total</b>	<b>47,0</b>	<b>47,2</b>	<b>48,0</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

15. Sobre a informalidade do trabalho no Brasil, ver Nogueira (2018) e Nogueira e Carvalho (2021).

**GRÁFICO 8**

**Participação relativa da ocupação formalizada por setor de atividade – Brasil (3º trim. 2023)**  
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nesse sentido, a desagregação setorial do mercado de trabalho brasileiro, apresentada nesta seção, traz à tona dois canais que permitem explicar o crescimento mais elevado da ocupação formal em relação à população ocupada como um todo. O primeiro canal consiste em ter havido, a partir de uma análise intersectorial, crescimento menor ou mesmo queda da ocupação entre aqueles setores com maior percentual de informalidade – a exemplo de agropecuária, construção civil e serviços domésticos (tabelas 3 e 4; e gráfico 8). O segundo canal diz que, sob análise intrasetorial, esses mesmos setores também tiveram movimentação superior da ocupação formal em sua composição, elevando, na comparação interanual, o nível de formalização da força de trabalho em cada um deles (tabelas 5 e 6).

Vale mencionar que o grau de formalização da ocupação é um indicador de grande relevância em função da conexão com a estrutura estatal de proteção social, especialmente os programas do sistema público de emprego e do sistema previdenciário, que compõem o modelo nacional de Estado de bem-estar social (Silva, 2020a).

Contudo, a estrutura laboral brasileira é bastante complexa e não se atém apenas em uma dicotomia entre formal e informal. Além de a previdência social possibilitar que trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira assinada sejam contribuintes individuais, há uma série de outras atividades com diferentes tipos de institucionalização que também precisam ser consideradas com vistas à garantia de oportunidades de trabalho decente à população. Nesse rol de alternativas, encontram-se as experiências de economia solidária, baseadas na organização associativa e autogestionária de trabalhadores, com vistas à geração de renda e à consolidação de projetos de desenvolvimento local (Silva, 2020b). Porém, a falta de estatísticas mais precisas sobre essas dinâmicas laborais dificulta uma análise mais agregada de sua composição no território nacional, o que exige novos projetos específicos de pesquisa para contemplar essa lacuna.

## 5 RENDA MÉDIA DO TRABALHO E MASSA DE RENDIMENTOS

A trajetória da renda média do trabalho no Brasil tem apresentado fortes variações no período recente, fundamentalmente devido aos impactos na dinâmica laboral causados pela pandemia de covid-19 a partir do início de 2020. Nos primeiros meses da pandemia, o que se observou foi o crescimento expressivo da renda média por um efeito composição do mercado de trabalho, originado por duas fontes distintas. Por um lado, grande quantidade de empregos de menor remuneração, em especial os informais, desapareceram do mercado de trabalho brasileiro, enquanto aqueles de maior remuneração apresentaram maior capacidade de manutenção, fazendo com que a média dos rendimentos aumentasse.<sup>16</sup> Por outro lado, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava entrevistas por telefone, o que causou aumento da não resposta para a pesquisa. Na medida em que tais impactos não estavam aleatoriamente distribuídos na amostra, essa situação pode ter afetado os resultados, causando viés de seleção dos entrevistados.<sup>17</sup>

Esse movimento foi sendo revertido à medida que o nível de ocupação se restabelecia aos níveis pré-pandemia no trimestre final de 2020.<sup>18</sup> Contudo, a renda habitual média manteve-se em queda no início de 2021, sobretudo em razão da demora no restabelecimento do programa de transferência emergencial de renda.<sup>19</sup> Com isso, o índice saiu de um pico no trimestre encerrado em setembro de 2020 (R\$ 3.141) até atingir R\$ 2.692 no último trimestre de 2021. Daí em diante, houve nova e contínua recuperação, finalizando a série de análise em um patamar superior, em valores reais, em relação àquele observado no trimestre anterior à pandemia – em termos comparativos, a renda média do terceiro trimestre de 2023 situou-se 1,3% acima da observada no quarto trimestre de 2019.

Dado esse preâmbulo conjuntural, o gráfico 9 apresenta as médias do rendimento mensal do trabalho no Brasil (em valores deflacionados para agosto de 2023), que permitem compreender melhor a trajetória recente de recuperação. Os dados do terceiro trimestre de 2023 revelam que essa trajetória de recuperação observada ao longo do ano de 2022 se mantém. O crescimento interanual da renda média mensal foi de 4,2%, com leve desaceleração em relação ao trimestre anterior, que havia alcançado incremento de 6,2%. Em termos monetários, a renda média foi de R\$ 2.981 no terceiro trimestre de 2023, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.<sup>20</sup>

---

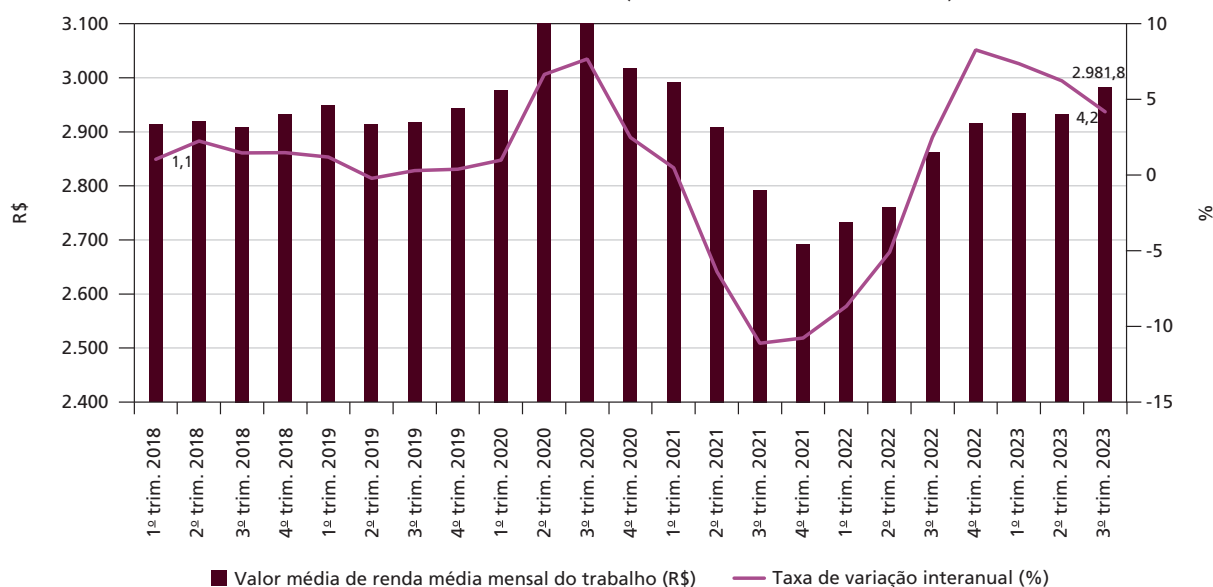
16. Nos setores de construção; comércio e alojamento; e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e, principalmente, dos trabalhadores por conta própria (Silva, Corseuil e Costa, 2022).

17. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em Corseuil e Russo (2021).

18. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em Carvalho *et al.* (2020).

19. Sobre os programas sociais de transferência de renda durante a pandemia, ver Costa *et al.* (2022), Ipea (2021) e Silva, Corseuil e Costa (2022).

20. Para estimativas mensais dessazonalizadas da renda habitual e efetiva reais, ver Carvalho (2023).

**GRÁFICO 9****Rendimento mensal médio do trabalho – Brasil (1º trim. 2018-3º trim. 2023)**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

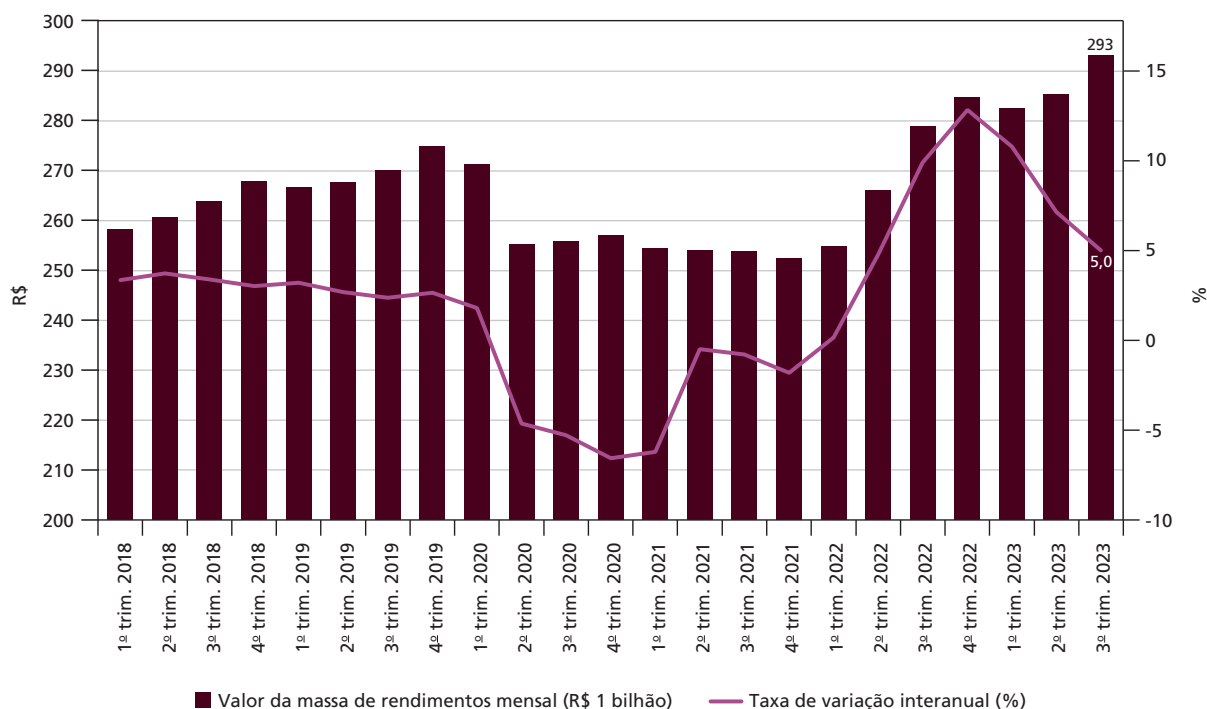
Obs.: 1. Valores deflacionados para maio de 2023.

2. R\$ em valor absoluto.

No agregado da renda habitual dos trabalhadores brasileiros, os dados plotados no gráfico 10 indicam que a média mensal da massa de rendimentos (incluindo retornos salariais e ganhos declarados de empregadores) fechou em R\$ 292,9 bilhões no terceiro trimestre de 2023. Na comparação interanual, o crescimento real foi significativo: 5,0%, ou, em termos absolutos, aproximadamente R\$ 14 bilhões a mais em circulação na economia em valores reais. Isso reforça a tendência de manutenção de uma trajetória de recuperação da renda média nacional, mostrada no gráfico anterior, ainda que tenha havido desaceleração em relação ao trimestre anterior, cuja variação havia sido de 7,2%. Essa diminuição no ritmo de crescimento interanual pode ser atribuída à variação inferior da população ocupada, conforme visto anteriormente.<sup>21</sup>

21. Para análise da variação trimestral por faixa de rendimento, ver Carvalho (2023).



**GRÁFICO 10****Massa de rendimentos real e taxa de variação – Brasil (1º trim. 2018-3º trim. 2023)**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Valores deflacionados para maio de 2023.

2. R\$ em valor absoluto.

Para a conferência da renda por vínculo de ocupação, a tabela 7 mostra que o grupo dos empregadores segue com o rendimento médio mensal bem superior ao dos demais, com R\$ 7.808 (crescimento interanual de 5,3%), mais que o dobro da média nacional. Porém, conforme mostrado anteriormente (tabela 1), esse grupo é o menos numeroso, representando menos de 5% do total dos ocupados no país. Entre os demais grupos, os assalariados formais (dos setores público e privado), que congregam quase 50% dos ocupados, também recebem acima da média nacional, com R\$ 3.289, embora tenham mostrado a menor taxa de crescimento entre os grupos e desaceleração em relação ao trimestre anterior.<sup>22</sup> O menor rendimento médio mensal segue por conta dos assalariados informais, com R\$ 1.798, que obteve taxa de crescimento interanual de 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os trabalhadores por conta própria também tiveram crescimento interanual significativo da renda, a saber, 7,5%, fechando o trimestre com a média mensal de R\$ 2.453.

22. Para verificar os valores e as taxas de crescimento sequenciais por trimestre, ver Carvalho (2023).

**TABELA 7****Rendimento real médio do trabalho e variação anual por posição na ocupação – Brasil (3º trim. 2018-2023)**

	Assalariados (com carteira)	Assalariados (sem carteira)	Conta própria	Empregador	Média total
Valores absolutos (R\$)					
3º trim. 2018	3.329,47	1.528,74	2.171,07	7.618,31	<b>2.838,78</b>
3º trim. 2019	3.329,19	1.574,78	2.206,56	7.787,10	<b>2.850,52</b>
3º trim. 2020	3.501,83	1.714,86	2.291,63	8.702,66	<b>3.065,58</b>
3º trim. 2021	3.181,82	1.586,38	2.189,87	7.157,33	<b>2.729,73</b>
3º trim. 2022	3.210,95	1.680,66	2.282,31	7.414,74	<b>2.809,96</b>
3º trim. 2023	3.289,37	1.797,98	2.453,37	7.808,11	<b>2.934,27</b>
Taxa de variação interanual (%)					
3º trim. 2018	1,6	3,3	-0,2	4,3	<b>1,5</b>
3º trim. 2019	0,0	3,0	1,6	2,2	<b>0,4</b>
3º trim. 2020	5,2	8,9	3,9	11,8	<b>7,5</b>
3º trim. 2021	-9,1	-7,5	-4,4	-17,8	<b>-11,0</b>
3º trim. 2022	0,9	5,9	4,2	3,6	<b>2,9</b>
3º trim. 2023	2,4	7,0	7,5	5,3	<b>4,2</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

As tabelas 8 e 9 complementam a análise salarial desagregada por diferentes recortes regionais e populacionais. Todos os segmentos definidos mantiveram a trajetória de crescimento, ainda que, na maioria deles, tenha se verificado desaceleração quanto ao trimestre anterior.

Em termos regionais, o Centro-Oeste registrou o maior rendimento médio no segundo trimestre de 2023, com R\$ 3.456, seguido pelo Sudeste, com R\$ 3.381. O Nordeste manteve-se com a menor média, de R\$ 2.008. Em contrapartida, o Nordeste apresentou crescimento interanual de 3,6%, superado apenas pelo Centro-Oeste, com 3,9%, e pelo Sudeste, com 5,2%. O Sul, por sua vez, obteve a menor taxa de crescimento interanual, com 2,0%.

Entre as regiões metropolitanas, a renda média ficou em R\$ 3.647, contra R\$ 2.474 das não metropolitanas. Essa diferença observada para o terceiro trimestre de 2023 foi superior em comparação ao mesmo período anterior, dado que a taxa de variação foi maior para as áreas metropolitanas, com 6,6%, contra 1,6% observado para as não metropolitanas.

No recorte por gênero, nota-se que, entre os homens, a média dos rendimentos ficou em R\$ 3.264, enquanto, entre as mulheres, o valor foi aproximadamente 30% menor, finalizando o período na marca de R\$ 2.601. No entanto, a taxa de crescimento da renda das mulheres nesse trimestre foi superior à dos homens, com 4,5% contra 4,0%, indicando leve diminuição na desigualdade de gênero dos rendimentos em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados são próximos àqueles registrados por posição no domicílio, em que os indivíduos considerados chefes de domicílio são, em sua maioria, homens.

A desigualdade de rendimentos também é verificada no recorte racial. A renda média mensal de trabalhadores brancos ficou em R\$ 3.730, enquanto, entre os não brancos (PPIs), o valor foi de R\$ 2.220. Ou seja, a renda média desse último grupo refere-se a menos de dois terços do rendimento médio dos brancos. No tocante à variação interanual nesse último trimestre, houve certa vantagem para o grupo de trabalhadores brancos (5,2% e 4,2%, respectivamente), o que contribuiu para o aumento dessa desigualdade no período.

Na abertura por idade, verifica-se escalonamento das médias, que vai desde R\$ 1.673 para o grupo de 14 a 24 anos até R\$ 3.455 para o grupo a partir de 60 anos. Quanto ao crescimento interanual, o maior valor ficou por conta do grupo dos mais jovens (de 14 a 24 anos), que registrou 4,9%. Para os trabalhadores com mais de 59 anos, houve aumento de cerca de 1,1% no início de 2023, menor taxa entre os grupos etários considerados.

Escalonamento semelhante também se nota no recorte por escolaridade, em que a menor média de renda foi para os trabalhadores com ensino fundamental incompleto, em R\$ 1.615, enquanto a média para aqueles com ensino superior ficou em R\$ 5.359. Esses grupos tiveram a terceira maior e a maior taxa de crescimento, com 1,9% e 4%, respectivamente. A menor taxa observada ocorreu entre os trabalhadores com ensino fundamental completo, com 0,4%, o que indica desaceleração em relação ao trimestre anterior, cujo crescimento foi de 4%.

**TABELA 8**  
**Rendimento real médio desagregado – Brasil (3º trim. 2021-2023)**

Recortes de análise	Rendimento médio mensal (R\$)			Taxa de variação interanual (%)		
	3º trim. 2021	3º trim. 2022	3º trim. 2023	3º trim. 2021	3º trim. 2022	3º trim. 2023
Centro-Oeste	3.063	3.327	3.456	-8,2	8,6	3,9
Nordeste	1.911	1.938	2.008	-9,4	1,4	3,6
Norte	2.164	2.260	2.343	-4,3	4,4	3,7
Sudeste	3.181	3.213	3.381	-13,3	1,0	5,2
Sul	3.087	3.211	3.276	-8,6	4,0	2,0
Região metropolitana	3.387	3.421	3.647	-12,1	1,0	6,6
Região não metropolitana	2.337	2.435	2.474	-10,3	4,2	1,6
Masculino	3.038	3.138	3.264	-10,7	3,3	4,0
Feminino	2.446	2.489	2.601	-11,4	1,7	4,5
Branco	3.471	3.548	3.731	-13,0	2,2	5,2
PPIs	2.059	2.131	2.220	-7,8	3,5	4,2
14 a 24 anos	1.570	1.594	1.673	-1,5	1,6	4,9
25 a 39 anos	2.740	2.862	2.962	-8,7	4,4	3,5
40 a 59 anos	3.195	3.249	3.391	-12,1	1,7	4,3
Mais de 59 anos	3.374	3.417	3.455	-17,8	1,3	1,1
Chefe de família	3.229	3.253	3.361	-11,2	0,7	3,3
Não chefe de família	2.407	2.526	2.643	-10,4	5,0	4,6
Fundamental incompleto	1.505	1.586	1.615	-4,2	5,4	1,9
Fundamental completo	1.797	1.870	1.878	-6,9	4,1	0,4
Médio incompleto	1.635	1.727	1.744	-7,4	5,6	1,0
Médio completo	2.079	2.161	2.211	-8,2	4,0	2,3
Superior	5.140	5.153	5.359	-10,2	0,3	4,0
<b>Brasil</b>	<b>2.792,28</b>	<b>2.861,94</b>	<b>2.981,75</b>	<b>-11,1</b>	<b>2,5</b>	<b>4,2</b>

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

Quanto à desagregação setorial dos rendimentos, é importante mencionar que, durante o período da pandemia (2020 e início de 2021), as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio, construção civil) foram aquelas com

maior queda da renda, e justamente esse impacto explica a recuperação desses setores após a segunda metade de 2021. Tal padrão permaneceu ao longo de 2022, ou seja, setores com maior grau de formalização e com trabalhadores mais qualificados apresentaram maior queda da renda e menor recuperação (Carvalho, 2023). Nessa perspectiva, a tabela 9 apresenta tanto os valores médios reais quanto o crescimento interanual do rendimento médio mensal por setores de atividade.

**TABELA 9**  
**Rendimento médio real por setor de atividade – Brasil (3º trim. 2020-2023)**

Setores de atividade	Trimestres		
	3º trim. 2020	3º trim. 2021	3º trim. 2022
	Rendimento médio mensal (R\$)		
Agropecuária	1.540,4	1.782,1	1.733,1
Indústria <sup>1</sup>	2.799,4	2.746,0	2.789,2
Construção civil	2.100,0	2.219,9	2.323,8
Comércio	2.169,0	2.351,4	2.401,2
Serviços profissionais <sup>2</sup>	4.064,1	4.199,0	4.131,3
Transporte	2.649,6	2.751,6	2.680,2
Serviços pessoais e coletivos <sup>3</sup>	1.499,5	1.646,6	1.678,4
Administração pública	5.016,3	5.015,2	5.172,3
Educação e saúde	4.084,6	3.874,5	3.883,0
Alojamento e alimentação	1.701,6	1.765,1	1.894,9
	Taxa de variação interanual (%)		
Agropecuária	-2,06	15,69	-2,75
Indústria <sup>1</sup>	-14,18	-1,91	1,58
Construção civil	-8,38	5,71	4,68
Comércio	-11,64	8,41	2,12
Serviços profissionais <sup>2</sup>	-9,30	3,32	-1,61
Transporte	-2,98	3,85	-2,59
Serviços pessoais e coletivos <sup>3</sup>	-8,07	9,81	1,93
Administração pública	-11,35	-0,02	3,13
Educação e saúde	-7,98	-5,14	0,22
Alojamento e alimentação	-5,66	3,73	7,35

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>.  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Inclui indústria de transformação, indústria extrativa e Siups.

<sup>2</sup> Serviços profissionais: informática, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias e administrativas.

<sup>3</sup> Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

Obs.: Valores deflacionados para fevereiro de 2023.

De antemão, a maioria dos setores listados tiveram aumento real de renda no segundo trimestre de 2023, na comparação interanual. As maiores taxas de crescimento foram referentes aos setores de alojamento e alimentação (7,4%) e de construção civil (4,7%), que estão entre aqueles com os menores rendimentos médios mensais. Os setores de administração pública e comércio também obtiveram crescimento significativo da renda média nesse trimestre (3,1% e 2,1%). Pode-se dizer que o componente intrasetorial de variação da ocupação, conforme discutido ao final da seção 4, explica a elevação relativamente mais robusta da renda para esses setores, uma vez que todos eles apresentaram crescimento mais forte na parcela formal de sua força de trabalho, cujas médias salariais são mais elevadas que na contraparte

informal. Por sua vez, os trabalhadores da agropecuária foram os que mostraram o pior resultado na média mensal da renda habitual (-2,7%) para o período, seguido pelo setor de transporte (-2,6%), o que representou, para ambos, desaceleração substantiva (principalmente para a agropecuária) em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Por fim, em termos de desigualdade de rendimentos, a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habitual, calculado com dados da PNAD Contínua, indica variações importantes nos últimos anos desde o fim de 2014. Após o pico de desigualdade causado durante pandemia, houve nova tendência de queda, com relativa estabilização a partir do terceiro trimestre de 2022. Os dados mais recentes indicam que, para o terceiro trimestre de 2023, o índice de Gini da renda domiciliar ficou em 0,521, e o da renda individual, em 0,492, com pequena elevação de ambos os índices tanto na comparação interanual quanto na comparação com o trimestre anterior.<sup>23</sup> Vale ressaltar ainda que ambos os índices podem ser considerados altos para os padrões internacionais, o que evidencia o cenário desigual na distribuição de renda do trabalho no Brasil (PNUD, 2019).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou situar os principais indicadores da conjuntura atual e da dinâmica recente do mercado de trabalho no Brasil, tendo como referência a divulgação dos dados até o terceiro trimestre de 2023 pelo IBGE, complementados pelos registros administrativos mensais de emprego do MTE.

Em suma, o mercado de trabalho brasileiro segue apresentando trajetória de recuperação da ocupação, com quedas seguidas da taxa de desemprego. Essa trajetória vem acompanhada de outras informações importantes nas comparações com o mesmo período do ano anterior – de um lado, ritmo mais intenso das contratações com registros formais, com crescimento superior ao da população ocupada como um todo; de outro lado, queda nas taxas de subocupação por insuficiência de horas, inatividade por desalento e desemprego de longo prazo. Tais resultados são relevantes também para a aproximação das metas de trabalho decente, a serem alcançadas até 2030, contidas na agenda dos ODS, da qual o Brasil é signatário.<sup>24</sup>

Os dados de renda do trabalho também mostraram que o ritmo de recuperação tem se mantido no segundo trimestre de 2023 na comparação interanual, com crescimento real de 4,2%, fechando a série em R\$ 2.981,8. Todas as regiões e todos os recortes populacionais analisados compartilharam dessa elevação, ainda que com diferenças marcantes em cada segmento e setor de atividade. A massa de rendimentos real teve crescimento interanual de 5,0%, alcançando a soma de R\$ 292,9 bilhões (acréscimo de R\$ 14 bilhões em relação ao terceiro trimestre de 2022).

Contudo, os dados analisados também evidenciaram problemas estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Em que pese a recuperação recente, ainda é elevado o número de pessoas em situação de desemprego involuntário, a saber, 8,3 milhões. Destes, em torno de 3 milhões estão em tal condição há mais de um ano. Outras 3,5 milhões encontram-se fora da força de trabalho por desalento, isto é, quando desistem de buscar emprego, além de uma quantidade preocupante de jovens que não trabalham nem estudam devido a uma série de fatores bastante investigados na literatura. Há ainda uma parcela significativa da população que permanece em ocupações precárias, baseadas em relações informais de trabalho, desconectadas do sistema público de proteção previdenciária e dos diversos tipos de garantia previstos na lei trabalhista (férias remuneradas, décimo terceiro salário, seguro-desemprego, abono salarial, transporte,

23. Para verificação mais detalhada da evolução dos dados de desigualdade de rendimentos no Brasil até o terceiro trimestre de 2023, ver Carvalho (2023).

24. As metas relativas a trabalho estão reunidas no ODS 8, que trata do objetivo de promoção do trabalho decente e de desenvolvimento econômico, bem como reúne um conjunto de metas voltadas a "promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos" (Silva, Peliano e Chaves, 2018, p. 197).

refeição etc.). Vale mencionar que, tanto o vínculo do indivíduo com o posto de trabalho quanto a massa de rendimentos em circulação derivada do trabalho informal, são bastante sensíveis a flutuações da atividade econômica e às condições gerais da economia, como ficou evidente, de forma bastante perversa, com os efeitos da pandemia de covid-19 na sociedade brasileira em 2020 e 2021.

Por fim, as desigualdades demonstradas sob variados recortes sociopopulacionais (região, gênero, raça, faixa etária, escolaridade), em termos de oportunidades de inclusão produtiva e de rendimento médio mensal auferido no trabalho, persistem enquanto principais desafios a serem enfrentados no horizonte estratégico de desenvolvimento para o país. Logo, o país permanece com uma demanda forte por novas oportunidades de emprego e geração de renda, as quais devem ser conectadas às instituições de proteção social e previdenciária. O desafio é conseguir atender a essa demanda nacional de forma consistente e com qualidade, de modo a proporcionar níveis dignos de rendimento para o bem-estar das unidades familiares.<sup>25</sup>

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. J. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 67, p. 59-70, out. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9949/1/bmt\\_67\\_nt\\_estagnacao\\_desigual\\_desemprego.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9949/1/bmt_67_nt_estagnacao_desigual_desemprego.pdf).

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023. **Carta de Conjuntura**, n. 61, nota 23, out.-dez. 2023. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231215\\_cc\\_61\\_nota\\_23\\_rendimentos.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231215_cc_61_nota_23_rendimentos.pdf).

CARVALHO, S. S. de *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da Covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, nota 12, out.-dez. 2020. Disponível em: .

CIRÍACO, J. da S. *et al.* Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 31-48, out. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074\\_BOOK.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf).

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, nota 22, jan.-mar. 2021. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>.

CORSEUIL, C. H. *et al.* **A dinâmica do emprego setorial no último biênio**. Brasília: Ipea, jan. 2022. (Nota Técnica Disoc, n. 99). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10898/2/NT\\_99\\_Disoc\\_A\\_Dinamica\\_do\\_emprego.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10898/2/NT_99_Disoc_A_Dinamica_do_emprego.pdf).

25. Para mais informações sobre políticas de proteção social relacionadas ao mercado de trabalho no Brasil, ver capítulos de trabalho e renda e de previdência social em Ipea (2022).



COSTA, J. *et al.* Análise da incidência do auxílio emergencial e do benefício emergencial ao longo da distribuição de renda com base nos dados da PNAD covid-19. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 74, p. 81-95, out. 2022. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074\\_BOOK.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11582/1/BMT%2074_BOOK.pdf).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10273>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, 2021. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37679&Itemid=9](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37679&Itemid=9)

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Trabalho e renda. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 263-300, 2022. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=39098&Itemid=9](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=39098&Itemid=9).

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. **Carta de Conjuntura**, n. 61, nota 25, out.-dez. 2023. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231218\\_cc\\_61\\_nota\\_25\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/12/231218_cc_61_nota_25_mercado_de_trabalho.pdf).

NOGUEIRA, M. O. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 64, p. 87-97, abr. 2018. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502\\_bmt\\_64\\_07\\_politica1.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/180502_bmt_64_07_politica1.pdf).

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. de. **Trabalho precário e informalidade**: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2021. (Texto para Discussão, n. 2707). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10948>.

OLIVEIRA, A. S. de; SILVA, S. P. **Trabalhadores em contrato intermitente no Brasil**: evolução, cenários e perfil dos contratados pós-reforma trabalhista de 2017. Brasília: Ipea, jul. 2023. (Texto para Discussão, n. 2898). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12192>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: Camões: Instituto da Cooperação e da Língua, 2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>.

SILVA, E. R. A. da (Coord.). **ODS 8**: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Brasília: Ipea, 2019. (Cadernos ODS). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html>.

SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, out. 2020a. (Texto para Discussão, n. 2605). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td\\_2605.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf).

SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10363>.

SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11561>.

SILVA, E. R. A. da; PELIANO, A. M.; CHAVES, J. V. (Coord.). **ODS – metas nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda\\_2030\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8855/1/Agenda_2030_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf).

## Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

### EDITORIAL

#### Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

#### Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

#### Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

#### Capa

Leonardo Hideki Higa

#### Projeto Gráfico

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.